

[Revista Brasileira de Terapias Cognitivas](#)

versão impressa ISSN 1808-5687 versão On-line ISSN 1982-3746

Rev. bras.ter. cogn. v.1 n.2 Rio de Janeiro dez. 2005

ARTIGOS

Construtivismo e terapia cognitiva: questões epistemológicas

Constructivism and cognitive therapy: epistemological subjects

Gustavo Arja Castañon

Psicólogo pela UERJ, Mestre em Psicologia Social pela UFRJ, Doutorando em Psicologia pela UFRJ

[Endereço para correspondência](#)

Serviços Personalizados

artigo

-  Artigo em XML
-  Referências do artigo
-  Como citar este artigo
-  Tradução automática

Indicadores

-  Acessos

Compartilhar

Mais 

Mais

-  Permalink

RESUMO

Este artigo investiga a alegação usualmente feita por terapeutas construtivistas sobre o suposto caráter objetivista da Terapia Cognitiva. Partindo da definição de construtivismo como a posição que defende o papel ativo do sujeito na construção de suas representações da realidade, apresenta-se um brevíssimo resumo da proliferação atual de posições auto-denominadas construtivistas na Psicologia, que muitas vezes assumem teses que contrariam o espírito original desta posição filosófica. Depois, o trabalho demonstra a diferença entre as afiliações epistemológicas da Terapia Comportamental, positivista lógica, e Cognitiva, racionalista crítica. Em seguida, esclarece o caráter construtivista do Racionalismo Crítico, concluindo por fim que a Terapia Cognitiva é essencialmente construtivista e que a raiz de algumas alegações da Terapia Construtivista é a confusão epistemológica e ontológica na qual esta está mergulhada. Dividida entre várias interpretações de construtivismo, ela não consegue se decidir entre o construtivismo e o relativismo, ou entre o realismo e o idealismo.

Palavras-chave: Terapia cognitiva, Terapia construtivista, Construtivismo.

ABSTRACT

This article investigates an allegation usually done by constructivist therapists about the supposed objectivist character of Cognitive Therapy. Accepting a constructivism definition as a position that defends an active posture of the subject in the construction of its reality representations, a brief summary of the current proliferation of self-named constructivist positions in Psychology is presented, positions that many times assume theories that contradict the original spirit of this philosophical tradition. Then, this work demonstrates the difference between epistemological affiliation of Behavioral Therapy, logical positivist, and Cognitive Therapy, critical rationalist. After that, it explains the constructivist character of Critical Rationalism, finally concluding that Cognitive Therapy is essentially constructivist and that the root of some allegations of Constructivist Therapy is the epistemological and ontological confusion in which it is involved. Divided in several interpretations of constructivism, it does not get to decide between constructivism and relativism, or between realism and idealism.

Keywords: Cognitive therapy, Constructivist therapy, Constructivism.

Construtivismo e Terapia Cognitiva: Questões Epistemológicas

Desde a adoção do termo "construtivismo" por Jean Piaget, observam-se muitas teorias tentando se abrigar sob este rótulo assumindo, no entanto, posições ontológicas e epistemológicas muitas vezes diametralmente opostas. Como definir construtivismo? Que espécie de construtivismo é adotada pela atual Terapia Construtivista? Que posição assume a Terapia Cognitiva de Aaron Beck e a Terapia Racional-emotiva de Albert Ellis frente ao construtivismo? É procedente a acusação de alguns terapeutas construtivistas de que a Terapia Cognitiva é objetivista, cuja posição epistemológica é idêntica à da Terapia Comportamental? São estas as questões que este artigo pretende ajudar a esclarecer.

Os Construtivismos

Começando pela análise etimológica do termo Construtivismo, estabelece-se a origem do verbo construir no verbo latino *struere*, que significa organizar, dar estrutura. O maior nome da Terapia Construtivista, Michael Mahoney (2003), afirma que a diversidade de teorias que se apresentam como construtivistas dão ênfase nos temas da proatividade humana; ordenamento ativo de informações; consciência e self; redes sociais simbólicas e desenvolvimento durante a vida. É, no entanto, uma definição vaga. E quando se conhece o corpo de honored contributors da *Constructivism in the Human Sciences*, revista dirigida por Mahoney, que é a mais importante da Terapia Construtivista, a perplexidade quanto ao real significado do termo dentro da Psicologia contemporânea tende a aumentar. Lá estão juntos psicólogos célebres e de concepções muitas vezes diametralmente opostas, como o neo-behaviorista Albert Bandura, o cognitivista Jerome Bruner, o humanista Joseph Rychlak, o fenomenólogo-existencial Viktor Frankl, o relativista pós-moderno Kenneth Gergen e o construtivista radical Ernst von Glasersfeld.

Em texto anterior, Mahoney (1998) reconhece que nos últimos vinte anos o termo “construtivismo” sofreu, pelas mais diferentes abordagens, um aumento exponencial de sua utilização, o que dificulta o estabelecimento de definições básicas. Pode-se perceber, portanto, que verdadeiramente existem diferentes construtivismos. Em verdade, a atitude construtivista na Filosofia poderia ser em certa medida remetida até Sócrates. Entretanto, se quisermos encontrar as raízes do construtivismo contemporâneo, devemos procurá-las em Kant. É a inversão do sentido da relação entre sujeito e objeto que é a raiz do construtivismo. Na Filosofia Moderna, víamos o conhecimento como uma determinação do sujeito cognoscente pelo objeto do conhecimento. Kant (1787/1974) apresenta o processo do conhecimento como a organização ativa pelo sujeito, através das estruturas da mente, do material que nos é dado pelos sentidos. Sendo assim, para o construtivismo, o sujeito constrói suas representações, não recebe passivamente impressões causadas pelos objetos.

A “revolução copernicana” de Kant teve vários desdobramentos, gerando interpretações construtivistas idealistas (Arthur Schopenhauer), pragmatistas (Hans Vaihinger) e realistas (Karl Popper). Schopenhauer (1818/1950) afirma na primeira frase de sua obra prima “O Mundo como Vontade e Representação”: “O mundo é uma representação minha” (p. 203). Hans Vaihinger (1924), em “A Filosofia do ‘como-se’”, argumentou que nossas teorias seriam ficções conscientes cujo objetivo não é alcançar a verdade sobre o mundo, é sim, orientar nossas ações eficientemente, pragmaticamente. Karl Popper (1977), que dá o nome à escola filosófica fundada por ele de “Racionalismo Crítico” em homenagem ao criticismo kantiano, acredita que sua obra é uma interpretação realista da filosofia kantiana.

Toda essa trajetória do construtivismo contemporâneo na Filosofia teve seus reflexos na Psicologia. Nela, o termo construtivismo foi introduzido por Jean Piaget (1975). Piaget formulou um modelo de desenvolvimento cognitivo, ricamente sustentado por dados empíricos, que apresentava o sujeito como artífice principal, através da sua ação no mundo, de suas próprias estruturas cognitivas. Os conceitos de assimilação e acomodação esclarecem a forma como Piaget (1987) explicava o processo de construção do conhecimento por parte do sujeito. Quando uma criança ou qualquer pessoa tem uma experiência que não se coaduna com seus esquemas e teorias, ela primeiramente tenta assimilar essa experiência em seus esquemas existentes. No entanto, se ela ver que suas explicações e predições são repetidamente desmentidas, prevalece a tendência no sentido de o esquema se modificar acomodando-se a esta nova informação. Logo, o ser humano é ativo quando interpreta a experiência para assimilá-la aos seus esquemas e teorias, e é ativo quando muda seus esquemas e teorias de forma a acomodá-las à

realidade. Piaget, claramente, é um realista. De forma semelhante a Popper, ele acredita que o mundo vai moldando nossos esquemas quando os desmente, exigindo uma nova acomodação.

Entretanto, a despeito de sua tradição realista, o termo construtivismo ganhou utilizações radicalmente diferentes, muito mais próximas do Desconstrucionismo de Jacques Derrida do que de qualquer outra teoria. Estas são as do Construcionismo Social, de Kenneth Gergen; do Construtivismo Social de Barry Barnes e David Bloor; e do Construtivismo Radical, de Von Glasersfeld e Paul Watzlawick. O Construcionismo Social é uma abordagem em Psicologia Social fundada por Gergen (1985) que se baseia em três grandes pressupostos. O primeiro é que a realidade é dinâmica, não possuindo qualquer tipo de essência ou leis imutáveis. A segunda é que o conhecimento é somente uma construção social, baseado em comunidades lingüísticas. A terceira é que o conhecimento tem conseqüências sociais, e que são estas que devem determinar se ele é válido ou não.

Esta abordagem pós-moderna relativista da Psicologia tem sua base na "tese forte" da Sociologia do Conhecimento, que crê ter colocado no âmbito da Sociologia as questões epistemológicas relativas à sua própria validade. Ao rejeitar o realismo ontológico, o "Construtivismo Social" faz das concepções socialmente construídas da realidade a única e própria realidade, afastando-se assim dos limites da Sociologia do Conhecimento tradicional e caindo no relativismo pós-moderno. Essa posição foi apresentada por sociólogos como David Bloor (1998), Barry Barnes (1990) e Bruno Latour (1987). Ela rejeita a enunciação de um critério de demarcação entre ciência e não-ciência; rejeita o "objetivismo", que segundo esta abordagem é a crença de que os resultados da ciência são determinados pela natureza, afirmando que estes são fruto de "interação social"; dissolve o conceito de sujeito em redes lingüísticas que o "constroem" e determinam; inverte o critério de cientificidade para dar à Sociologia o poder de explicar ciências como a Física. Estas teses, que são algumas entre muitas, polêmicas e de frágil sustentação, caracterizam o Construtivismo Social, que se afasta assim drasticamente da tradição construtivista da filosofia ocidental, se utilizando, no entanto, do termo que a denomina.

Fechando a tríade pós-moderna que faz uso do termo construtivismo está o Construtivismo Radical, defendido por teóricos como Ernst Von Glasersfeld (1984), Paul Watzlawick (1984) e Heinz Von Foerster (1984). O Construtivismo Radical é uma abordagem não-convencional ao problema do conhecimento, que parte do pressuposto de que este não é nada mais que uma construção feita com base nos dados subjetivos da experiência humana. Seres humanos viveriam somente no mundo que constroem, e não teriam nenhuma base objetiva para julgar suas representações ou as dos outros, vivendo isolados no mundo de suas próprias construções. Em outras palavras, o Construtivismo Radical não é nada mais que a forma contemporânea do solipsismo, sendo um tipo especial de idealismo.

Sintetiza-se, portanto, o problema dos construtivismos da seguinte forma: todas as suas diferentes abordagens têm uma característica em comum, que é a rejeição ao objetivismo. O Construtivismo Piagetiano assim como o da Psicologia Cognitiva continua apesar disso dentro da tradição realista da Ciência Moderna. Já as formas pós-modernas "sociais" do Construtivismo parecem acreditar que a rejeição ao objetivismo é suficiente para se caracterizarem como construtivistas. Diante disso, o problema aqui passa a ser estabelecer como a Terapia Construtivista define objetivismo para entender porque sistematicamente (Mahoney, 1991; Neimeyer, 1998; Guidano, 1998; Ferreira, 1998; Abreu, 2001) terapeutas construtivistas acusam a Terapia Cognitiva de adotar esta tese.

Abreu (2001) define objetivismo como uma concepção epistemológica onde "o conhecimento é obtido pela lógica, culminando nas representações de realidade réplicas internalizadas do mundo externo" (p.65). No mesmo texto, em outra tentativa de definição, ele afirma que no objetivismo "entendia-se que a realidade externa criava reflexos

ao incidir sobre nossa cognição semelhante a um raio de luz que incide sobre um anteparo” (p.62) ou, ainda, que “nesta visão, também chamada de objetivista, entendeu-se que os conceitos que descreviam os estímulos representavam a realidade externa” (p.62). Vittorio Guidano (1998), em artigo que descreve sua trajetória pessoal como sendo marcada da progressiva transição do objetivismo ao construtivismo, define objetivismo, que ele (equivocadamente) considera um pressuposto do cognitivismo, como a posição que entende que “a representação de si mesmo e do mundo é resultado de um processo cognitivo caracterizado por uma direcionalidade que vai do externo ao interno, isto é, da realidade ao sujeito” (p.207). Ou ainda como uma perspectiva oriunda do empirismo que defende

...que existe uma realidade externa, única e objetivamente dada, e que um observador imparcial, tomando por base as impressões sensoriais que recebe (correspondentes a uma espécie de “fotografia” dessa realidade), pode chegar a reconstruir como tal a ordem objetiva na qual vivemos (p.209).

Para Ferreira (1998) o objetivismo é uma visão onde

...é pressuposta a existência de uma realidade externa, dada inequivocamente, cujo sentido está contido em si mesma, podendo ser observada e assimilada de fora pelo sujeito do conhecimento, de tal forma que venha possibilitar-lhe desenvolver uma compreensão objetiva e unívoca (p.85).

Oferece-se aqui a definição de objetivismo que será utilizada neste artigo. Este pode ser definido como a posição filosófica que defende que o objeto determina no sujeito a representação que este tem dele. Nesse sentido, para o objetivismo, o objeto é algo dado, com uma estrutura que é de alguma forma imposta ao sujeito na relação de conhecimento, e as representações que temos do mundo, mesmo que não sejam idênticas a ele, são determinadas em nós pelos objetos que buscamos conhecer.

Não se pode, no entanto, como fazem alguns terapeutas construtivistas, confundir objetivismo com a solução pré-epistemológica para o problema da relação sujeito-objeto, que considerava as representações mentais cópias perfeitas do mundo externo. Nem o empirismo defendia esta tese. Mesmo Locke já distinguia nas qualidades dos objetos que nos eram dados pelos sentidos o que seriam qualidades primárias e qualidades secundárias. Só as primeiras (como a extensão, solidez ou movimento) pertenceriam ao objeto mesmo, enquanto as segundas (como a cor, sabor ou cheiro) pertenceriam à mente do sujeito, não tendo existência objetiva (só subjetiva) nem se assemelhando necessariamente às propriedades que estão nos corpos e que as produziram. Portanto, como se pode ver facilmente, uma concepção de objetivismo que acredita que o material dado pelos sentidos, se depurado e racionalmente trabalhado, nos revela a realidade tal como ela é, simplesmente não existe na filosofia desde os pré-socráticos naturalistas. Assim, se esta tese não pode ser aplicada sequer ao Empirismo, que dirá ao Positivismo Lógico.

Da mesma forma, não se pode confundir objetivismo com realismo. O objetivismo é um caso particular de realismo que, no entanto, por sua vez, não se resume a ele. Realismo é a tese ontológica que sustenta a existência real dos objetos do conhecimento, com características que independem de nossas teorias e de nossa vontade. Para o realismo, nossas representações se referem a objetos que têm existência independente de nossa mente, e que de alguma forma influenciam as nossas teorias sobre eles. Hoje, com a derrocada de uma das formas de realismo que é o objetivismo, o primeiro é sustentado pela tese do realismo crítico. Para o realismo crítico, nossas teorias sobre a realidade são construídas por nós, e condicionam o nosso olhar e interpretação sobre ela. Condicionam, porém, não determinam. Quando nos deparamos com um erro, ou seja, quando nossas teorias sobre a realidade são

seguidamente contraditadas por observações que não se adaptam a elas, acabamos por modificar nossas teorias e representações do mundo de forma a adaptá-las à experiência. É ao falharem em predizer a sucessão de sensações que teremos (Popper, 1975b), que nossas teorias provam que não são a realidade mesma. Quando erramos, tropeçamos numa realidade que se revela independente de nossa mente. Assim, para o realismo crítico, apesar de nossas teorias não serem uma cópia do real nem terem sido produzidas por ele, mas sim pelo sujeito, elas são suas aproximações, e o objeto do conhecimento, apesar de não determinar nossas representações e teorias sobre ele, influencia o processo de suas construções pelo sujeito através da resistência que oferece algumas vezes em se comportar como nossas teorias esperam.

Pode-se resumir então o problema do artigo da seguinte forma. Todo construtivismo é anti-objetivista. Porém, ele pode assumir a tradição realista da filosofia ocidental, como nos casos do Cognitivismo, do Construtivismo Piagetiano e do construtivismo realista do Racionalismo Crítico; ou assumir uma face idealista, que nega qualquer acesso a uma possível realidade externa às construções mentais ou lingüísticas, como nos casos do Construtivismo Radical e do Construcionismo Social. É o que coloca Held (1998) quando observa que os construcionistas sociais presumem que um processo ativo de conhecimento por parte do sujeito, implícito no próprio termo "construcionismo", necessita de uma ontologia anti-realista para se sustentar. Discordando desta posição, ela lembra que a própria epistemologia genética de Piaget é uma forma de construcionismo que se baseia numa ontologia realista, ao mesmo tempo em que defende a possibilidade de acesso racional do sujeito a uma realidade objetiva e independente. Assim, uma vez que está bem claro que existem duas interpretações bem distintas de construtivismo, a pergunta a ser respondida passa a ser: que tipo de construtivismo é adotado pela Terapia Construtivista?

Terapia Construtivista e Epistemologia

Apesar de a Terapia Construtivista possuir muitas tendências, ao que parecem, estas compartilham alguns pressupostos filosóficos. Um dos mais importantes representantes da Terapia Construtivista, Robert Neimeyer (1997), afirma que o que une os construtivistas é seu comprometimento com uma epistemologia comum. Para ele, essa é o que ele chama em outro texto de "epistemologia pós-moderna", "cuja ênfase é a busca por um sistema de crenças legitimado pessoal e socialmente, num mundo que não oferece facilmente segurança, onde nenhuma perspectiva é intrinsecamente mais correta, adaptativa ou funcional que outra" (Neimeyer, 1998, p.123). Dois outros autores construtivistas, Ricardo Ferreira (1998) e Cristiano Nabuco de Abreu (Abreu & Shinohara, 1998; Abreu, 2001) também defendem sistematicamente a tese que estamos num novo período histórico, a chamada "pós-modernidade", identificando esse fundamento numa "epistemologia pós-moderna". Mas que epistemologia seria essa? Apesar de geralmente não ser precisada a afiliação epistêmica desta corrente, Mahoney (2003), em apresentação da Society for Constructivism in the Human Sciences, afirma que esta é a filosofia da ciência de Thomas Kuhn.

Porque a filosofia da ciência de Kuhn seria adequada como fundamento epistemológico da Terapia Construcionista? O pensamento de Kuhn (1962/1991) construiu conceitos importantes para o debate epistemológico contemporâneo, particularmente os conceitos de "paradigma", "ciência normal", "ciência extraordinária" e "revolução científica". Sua obra "A Estrutura das Revoluções Científicas", publicada pela primeira vez em 1963, é uma das mais importantes precursoras do pós-modernismo, e suas idéias foram apropriadas pelo relativismo contemporâneo, fato que, diga-se de passagem, o deixou muito desgostoso.

O importante para se entender a influência do pensamento de Kuhn sobre o construtivismo como um todo é sua idéia de que diferentes teorias gerais aceitas hegemonicamente sobre o universo e o método científico, os "paradigmas", são incomparáveis entre si, irreduzíveis à qualquer elemento em comum (pois não o teriam), são incomensuráveis. Isso aconteceria porque os paradigmas referem-se a modelos de mundo construídos por seus defensores que, em última análise, não têm como serem julgados por uma suposta realidade objetiva. Sua teoria da "incomensurabilidade dos paradigmas" é mais bem ilustrada com seu conceito de revolução científica. Para Kuhn (1991), esta última é a substituição de um paradigma que, tendo acumulado um número de anomalias suficientes, gerou as condições necessárias para o surgimento de um novo paradigma alternativo que o substitua dando conta destas anomalias. No momento do conflito de paradigmas, os seus respectivos partidários os defendem com base em argumentos extraídos do próprio paradigma. Desta forma, cai-se inevitavelmente numa circularidade, pois se tomam como pressupostos os princípios do próprio paradigma em sua defesa. Para Kuhn, paradigmas sucessivos são incomensuráveis porque dizem coisas diferentes acerca do universo e de seus objetos, eles são ontologicamente irreduzíveis um ao outro. Em outras palavras, para Kuhn nas revoluções científicas as mudanças de paradigma não são realizadas a partir de regras metodológicas com fundamento na racionalidade interna do sistema científico. Ele enumera vários motivos para a assunção de um novo paradigma, como reorganização gestáltica do quadro conceitual e factual, interesse e pressão política ou mesmo fé. É aqui que se pode ver claramente o componente relativista e irracionalista da teoria kuhniana.

Apesar de considerar o modelo kuhniano de ciência como o adequado para o construtivismo, em outro texto Mahoney (1991) se compromete explicitamente com o realismo ontológico e com concepção oposta a Kuhn, defendendo a verdade como meta do conhecimento. Para ele, o conhecimento acerca da realidade é, em grande parte, condicionado pelas construções anteriores acerca desta mesma realidade, porém, apesar desse condicionamento impedir que se atinja a objetividade absoluta, não impede o ser humano de se aproximar sempre mais dessa realidade, de forma mediata. Em virtude disso e de sua explícita desvinculação do Construtivismo Radical, pode-se afirmar que Mahoney é um representante do que se poderia chamar de Terapia Construtivista Realista, muito embora, hesitantemente realista.

Mahoney (1991) denomina esta posição "Construtivismo Crítico". Ele acredita que entre seus principais representantes se encontram Óscar Gonçalves, Vittorio Guidano, Friedrich Von Hayek (filósofo e economista austríaco), George Kelly, o próprio Mahoney, Jean Piaget e Walter Weimer. Para Efran e Fauber (1997), o que caracteriza esta espécie de Construtivismo é o fato de seus representantes aceitarem que o objeto em última instância determina o sujeito dentro da relação de conhecimento, pois eles tenderiam a ser realistas, assumindo a existência de uma realidade definida e estável da qual nos aproximamos progressivamente através de nossos constructos, mesmo que jamais alcançando esta diretamente nem uma representação objetiva da mesma. Opazo e Suárez (1998) chamam esta abordagem de "construtivismo moderado", vinculando-se explicitamente à posição crítica de Mahoney. Eles identificam a polaridade epistemológica existente na filosofia da ciência atual entre o que denominam realismo ingênuo (ao invés do termo objetivismo) e construtivismo radical (ao invés do termo idealismo), em meio dos quais se deveria colocar o construtivismo moderado, que eles identificam com o realismo crítico de Karl Popper.

O Construtivismo Radical para Mahoney (1991) é a outra corrente básica do Construtivismo. Seus principais representantes seriam Heinz von Foerster, Ernst von Glasersfeld, Humberto Maturana, Francisco Varela e Paul Watzlawick. Os nomes de Robert Neimeyer e Vittorio Guidano também deveriam constar desta lista. Para esta corrente, o sujeito é quem determina o objeto dentro da relação de conhecimento. Assim, o que nós chamamos de realidade é somente aquilo que construímos como tal, nossas construções acerca do mundo, sem influência de um

mundo externo objetivo e independente. Efran e Fauber (1997), também sustentam a avaliação de que esta corrente é idealista, não se preocupando com a natureza última da realidade que seria algo não passível de sondagem pela mente humana.

Baseados muitas vezes na crença de que estamos vivendo numa era pós-moderna (Ferreira, 1998; Neimeyer, 1998; Abreu, 2001), ou que a única alternativa ao modelo objetivista de ciência do Positivismo Lógico é o Construtivismo Radical, membros de ambas as correntes da Terapia Construtivista acusam sistematicamente a Terapia Cognitiva de objetivismo. Esta acusação se repete basicamente em torno dos dois pontos abordados por Guidano (1998): Primeiro, a autoridade conferida ao terapeuta na terapia cognitiva, que seria um sujeito possuidor de neutralidade, "depositário da verdade" (p.211), capaz de criticar objetivamente e corrigir a irracionalidade das construções produzidas pelo cliente acerca do mundo e de si. Segundo, a crença que a Terapia Cognitiva teria na possibilidade de se alcançar conhecimento verdadeiro e a-histórico quanto à estrutura psíquica do homem, permitindo a criação de um modelo com status de verdade, capaz de ser imposto dentro da relação terapêutica. Para Guidano (1998, p.211), na Psicoterapia Cognitiva "a relação terapêutica converte-se em instrumento de ordem", o que a transformaria num "curso didático". Já Abreu (2001, p.64) afirma:

As implicações dessa posição [construtivista] para a psicoterapia destituem o terapeuta de uma posição em que a objetividade ou a autoridade de saber o que é melhor ou não para o cliente são naturalmente presumidas ao diagnosticar falhas no sistema de significado do cliente e propor sua substituição por uma alternativa mais 'válida'.

Pode-se dizer sem dúvida que, apesar de generalizadas, estas críticas são equivocadas, o que será demonstrado ao se estabelecer uma clara distinção entre os fundamentos epistemológicos da Terapia Comportamental e os da Terapia Cognitiva, mostrando que a crença de que elas partem de uma base epistemológica comum, o objetivismo, implícita nas acusações de terapeutas construtivistas que como Abreu (2003, p.35) chegam a afirmar que a Terapia Cognitiva é também conhecida como "cognitivo-objetivista", é o erro vital do qual estes partem para efetuar alguns de seus ataques a esta abordagem. Depois, apresentam-se argumentos que não só sustentam que a Terapia Cognitiva não é objetivista, como, na verdade, é ela a legítima terapia construtivista crítica.

Terapia Comportamental e Epistemologia

Baseada em larga medida na obra de Skinner e em sua análise experimental do comportamento, a Terapia Comportamental é usualmente considerada como tendo sido fundada pelo próprio, em pesquisas desenvolvidas em 1953 com Solomon e Lindsay (Weiten, 2002), tendo também recebido contribuições iniciais do psicólogo sul-africano Joseph Wolpe (1958) ao desenvolver a técnica terapêutica da dessensibilização sistemática. O modelo de aquisição e modificação de comportamento da Terapia Comportamental é largamente baseado na forma final que a teoria behaviorista ganhou através das mãos de Skinner. Portanto, para se estabelecer qual é a afiliação epistemológica desta corrente de terapia, nada mais seguro do que recorrer à sua fonte.

Em obra que pretende esclarecer os fundamentos filosóficos do Behaviorismo, Skinner (1982) demonstra sua vinculação com a tradição Positivista da Filosofia. Enquanto as escolhas ontológicas e metodológicas do Behaviorismo metodológico indicam indubitavelmente sua vinculação ao Positivismo Lógico, sua forma especial de Behaviorismo, o Behaviorismo Radical, adere a uma outra corrente epistemológica da tradição positivista, o

Operacionalismo. De qualquer forma, a escolha do comportamento mensurável e observável como a única variável dependente de uma Psicologia científica é a resposta behaviorista ao princípio positivista lógico da redução dos termos da ciência a termos físicos definidos operacionalmente, o fisicalismo.

Além de aderir ao empirismo em matéria de origem do conhecimento e ao método indutivo experimental como modelo de método científico, o Behaviorismo adere a todas as proposições básicas do Positivismo Lógico, como a necessidade de redução fisicalista operacional da linguagem científica e a verificabilidade como critério de demarcação científica. Este último, o princípio da verificação, consiste na afirmação de que só tem sentido as proposições que podem ser verificadas empiricamente. A aderência ao Positivismo Lógico é estrita também na tentativa de fuga da metafísica e na evitação de toda "tentação causal" (Skinner, 1982). Ao menos o Behaviorismo metodológico, que é a atitude behaviorista que explicitamente reivindica sua filiação ao Positivismo Lógico, enfatiza que ao Behaviorismo cabe a determinação de funções que relacionem as condições ambientais antecedentes e os comportamentos conseqüentes, nada mais.

Outro ponto fundamental que ajudará a desfazer os mal entendidos das críticas construtivistas que atingem indiscriminadamente a Terapia Cognitiva e a Comportamental é a resposta behaviorista à questão da percepção. Como Skinner (1982) afirma, a concepção behaviorista da percepção e, portanto, da origem do conhecimento, é oposta à tradicional que ele considera mentalista. Para o Behaviorismo, a ação inicial do perceber é do ambiente, não do "percipiente" (p. 65). Ele afirma literalmente que para o Behaviorismo metodológico "uma parte do meio ambiente penetrava o corpo, era ali transformada e talvez armazenada e, eventualmente, emergia como resposta" (p.65). Apesar de Skinner apresentar uma teoria da percepção que consiste numa variação da anterior, o que interessa é o seu reconhecimento do comprometimento explícito do Behaviorismo com a tese realista objetivista, com a única ressalva de eliminar qualquer referência à representação interna, substituindo o termo por: comportamento em relação à situação. Assim, de forma mais radical que o empirismo, o Behaviorismo se compromete com a crença de que nossas percepções do mundo empírico são provocadas unicamente pelos objetos que delas são alvo, os estímulos ou "cenário", nos termos de Skinner. Aqui as percepções são consideradas unicamente frutos da relação do objeto com nosso sistema nervoso, sem interferência de uma mente que, ou não existe ou não é considerada.

Em artigo de 1977, intitulado "Why I am not a Cognitive Psychologist", Skinner responde a razão de sua rejeição ao Cognitivismo criticando a tendência a atribuir papel explicativo a entidades mentais como conceitos, intenção ou vontade. Para Skinner (1977), o maior dano provocado por esta nova espécie de mentalismo seria o cessar da atividade investigativa provocada pela falsa atribuição das causas dos comportamentos a estados mentais e a sentimentos: é fácil observar estes últimos e definir serem eles as causas dos comportamentos, sem nos sentirmos inclinados a pesquisar, no entanto, o que no ambiente causou estes processos mentais. Afirmando que o comportamento humano é uma função direta e exclusiva de variáveis do ambiente e que o cognitivismo ofereceria uma visão enganadora do que aconteceria "dentro do ser humano", Skinner alerta que esta crença dirigiria a Psicologia para a modificação de "corações e mentes" desviando-lhe da tarefa de modificar o mundo onde estes vivem.

Assim, vê-se com clareza que a Terapia Comportamental se compromete com o modelo de cientificidade estabelecido pela tradição positivista, em particular com sua forma positivista lógica, assim como se compromete com uma visão objetivista da relação sujeito e objeto do conhecimento. Se a atividade do sujeito é uma ficção e o comportamento fruto unicamente de variáveis ambientais, toda mudança deve necessariamente vir de fora para dentro. Entretanto, será que é correto estender esse julgamento à Terapia Cognitiva, como fazem tantos

terapeutas construtivistas (Mahoney, 1991; Niemeyer, 1997; Guidano, 1998; Abreu, 2001; 2003)? Não, se responde aqui. Esta é uma generalização equivocada.

Terapia Cognitiva e Epistemologia

Em anos recentes, a Terapia Cognitiva (TC) começou a reivindicar explicitamente afiliação epistemológica ao Racionalismo Crítico, como pode-se verificar em obras de seus dois maiores expoentes, Aaron Beck e Albert Ellis. Em "O Poder Integrador da Terapia Cognitiva" (Beck & Alford, 2000), Beck reconhece sua dívida com Popper e se declara aderido a seus critérios de racionalidade e cientificidade. Ele apresenta um sistema formal da teoria cognitiva da psicopatologia em dez axiomas que correspondem, como afirma, ao sistema de axiomas independentes e não-contraditórios exigidos por Popper para a definição de uma teoria científica madura. Já Albert Ellis (1989) chega a declarar que abandonou os últimos elementos de Positivismo Lógico presentes em sua obra quando descobriu o racionalismo crítico de Bartley e Popper, aderindo então ao princípio do falsificacionismo. A última forma do processo terapêutico da Terapia Racional-emotiva envolve modelos de intervenção francamente falsificacionistas para modificação das assim chamadas "crenças irracionais". Portanto, se torna importante aqui uma sucinta definição do Racionalismo Crítico no qual Beck e Ellis afirmam que se sustentam a forma final de suas obras. Porém, antes disso, é importante lembrar que nenhum dos dois teve origem na Terapia Comportamental, sendo Ellis um ex-discípulo de Karen Horney e Beck um ex-psicanalista.

O Racionalismo Crítico é uma escola de filosofia da ciência fundada por Karl Popper à qual se atribui a responsabilidade pelo fim do Positivismo Lógico. Sua principal idéia é precisamente aquela que o construtivismo adotou como central: a de que não existe observação neutra, objetiva da realidade, pois toda observação se faz à luz de uma teoria (Popper, 1934/1975). Porém, ao contrário do Construtivismo Radical, e em sintonia com as idéias da TC, Popper demonstra que apesar de condicionar nossas observações, nossas teorias não as determinam. O que ele quer dizer não é que nossas teorias e hipóteses sobre a realidade são impermeáveis a ela, e sim que toda observação que é feita, sempre é feita contra ou a favor de uma teoria. A nossa garantia de acesso à realidade não vêm de uma suposta neutralidade ou objetividade no processo de obtenção do conhecimento, muito menos de uma determinação de nossas representações sobre o objeto do conhecimento. A garantia vem de nossos erros, de nossas predições sobre o funcionamento da realidade que não se confirmam. Os nossos erros são a prova de que nossas teorias sobre o objeto não o determinam, pois aquelas ao fazerem predições sobre o comportamento do objeto que se revelam falhas através da experiência, revelam uma realidade que existe apesar e para além delas. Para o Racionalismo Crítico, é quando erramos que tropeçamos na realidade.

Assim, esta abordagem não acredita que se possa estabelecer conhecimento objetivo do mundo. Nossas hipóteses são somente aproximações do real. Não temos um critério de verdade, somente uma definição de verdade: como devidamente resgatado pelo lógico Alfred Tarski (1956, citado por Popper, 1975b), verdade é a correspondência entre o conteúdo de nossas representações e o objeto que buscam representar. No entanto, a verdade objetiva sobre o mundo não é alcançável, sendo uma meta ideal do conhecimento. Nunca se pode afirmar com certeza que uma teoria que se tem sobre o mundo é verdadeira, mesmo quando esta nunca foi falsificada. O máximo que se pode afirmar é que ela está mais próxima da verdade do que as que foram anteriormente falsificadas por observações empíricas. Assim, o Racionalismo Crítico é construtivista, pois acredita que o sujeito é ativo no processo de construção, não da realidade mesma, mas de hipóteses e teorias sobre ela. Ao mesmo tempo é realista, pois considera que a realidade, estável e independente do sujeito, é quem julga as hipóteses e teorias

deste último sobre ela. Por fim, o Racionalismo Crítico de forma alguma é objetivista, pois considera que nossas representações não são cópias fiéis da realidade nem provocadas por ela, mas somente modelos simplificados que continuamente são falsificados e exigem a construção de um novo por parte do sujeito.

De todas as acusações sistemáticas que alguns terapeutas construtivistas fazem a Terapia Cognitiva, talvez a única parcialmente justa seja a de que a TC tem em sua base os pressupostos de que a realidade possui uma racionalidade intrínseca e de que podemos representar essa racionalidade em nossas mentes. Seria totalmente justa se dissessem “representar aproximadamente”, o que tornaria a crítica à TC muito mais difícil. Como toda a tradição ocidental da ciência moderna, a TC acredita que a realidade possui uma racionalidade intrínseca sim, e que nossas mentes, ao fazerem parte desta realidade, também a possuem. No entanto, as conclusões que muitos derivam daí são mais uma vez deturpadas. Guidano (1991,1998), assim como Neimeyer (1998), acusa a TC de converter a terapia numa relação de aprendizagem onde o terapeuta ensina o paciente quais são as representações corretas da realidade. Na verdade, baseado sim em suas teorias e hipóteses aproximadas sobre a realidade, o terapeuta cognitivo confronta crenças do cliente que lhe pareçam falsas ou irracionais, submetendo-as a situações e questões nas quais elas são postas à prova e que permitem ao paciente definir se quer as manter ou considerá-las falsificadas, buscando assim novas hipóteses. Não há imposição, o processo é socrático: é o cliente que deve concluir pela adequação ou não de suas hipóteses sobre o mundo.

A diferença é que além de construtivista, a TC é realista, e acredita sim que existam representações mais adequadas à realidade do que outras. O terapeuta cognitivo julga que suas representações sobre a estrutura dos processos cognitivos, transtornos e distúrbios da vida psicológica são as melhores disponíveis até o momento, e que suas representações sobre a vida mental do cliente, apesar de não serem perfeitas ou objetivas, são as mais aproximadas de que ele dispõe. No entanto, essas hipóteses devem permanecer em permanente crítica, sempre que possível submetidas à avaliação do próprio paciente e a pequenos testes onde a condição do cliente anterior à intervenção específica do terapeuta é sua própria condição controle. Assim, qualquer interpretação sobre a psique e o cliente em particular deve ser aceita pelo cliente não porque será transmitida como verdade, mas porque ele a testará e julgará se ela é melhor do que as que ele dispõe até o momento.

A Encruzilhada Ontológica da Terapia Construtivista

Uma questão importante a ser abordada aqui é sobre a dubiedade da Terapia Construtivista. A impressão provocada por textos que se apresentam como fundamentações epistemológicas desta forma de terapia é a de que a mesma se encontra numa razoável imaturidade conceitual como, por exemplo, se observa em relação à definição do conceito de objetivismo e as várias acepções diferentes nas quais este termo é usado. Apesar de algumas vezes se declararem fundadores de uma “nova epistemologia”, autores associados à Terapia Construtivista geralmente não definem sistematicamente suas posições em matéria de Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência. Apegam-se à citação de autores secundários como sendo a origem de suas concepções epistemológicas, poucas vezes no entanto, explicitando estas últimas. Em uma das exceções, Mahoney (1998) chega a afirmar que não há critério nenhum estabelecido para julgar a adequação da abordagem clínica construtivista, porque “as avaliações da psicoterapia construtivista ainda estão em estágios preliminares, o que se dá, em parte, devido a questões epistemológicas” (p.119). Para ele, a não aceitação de pressupostos do “objetivismo ou do positivismo lógico” pelos quais “muito da pesquisa em psicoterapia tem sido conduzida” (p.119), deixa os construtivistas com a obrigação de vir a descobrir novos métodos de pesquisa para avaliar sua abordagem.

Além de sua imaturidade epistemológica, assumida pelo próprio Mahoney (1998), a Terapia Construtivista é ontologicamente dúbia. Não se decide entre o realismo que parece ser adotado pelo Construtivismo Crítico e o idealismo. Na sua versão radical, esta terapia é idealista, e assume uma postura solipsista e relativista do tipo subjetivista, que se fosse plenamente vislumbrada por detrás do emaranhado conceitual onde está escondida, seria prontamente rechaçada por todos aqueles que não estão dispostos a abrir mão da idéia de que existe uma realidade externa a nós e que podemos conhecê-la aproximadamente. O idealismo e o subjetivismo são totalmente incompatíveis com a ciência moderna. Portanto, o Construtivismo Radical sai do campo da Psicologia e vai para o campo da filosofia pós-moderna, devendo ser descartado prontamente por todos aqueles que quiserem seguir no desenvolvimento de uma psicoterapia cientificamente fundamentada.

Se como dizem Efran e Fauber (1997) os construtivistas radicais não sustentam que a sua posição seja objetivamente correta e nem mesmo que eles a escolham racionalmente, se para eles esta escolha ocorre em virtude do meio em que se desenvolveram e também das construções que foram levados a produzir sobre esse meio, então é preciso perguntar se o Construtivismo Radical é verdadeiramente um construtivismo. Se esta abordagem foi desenvolvida em função das contingências do meio, contingências sócio-históricas, então em última análise o ambiente determinaria o sujeito e suas representações, eliminando qualquer possibilidade de construtivismo. Além disso, esta não passaria de um ponto de vista como outro qualquer, que foi selecionado em determinado momento histórico devido a uma certa configuração contingente de fatores. Portanto, se as contingências sócio-históricas de alguém são outras, modernas, o que poderia levar este a aceitar como válido o posicionamento pós-moderno? Como os construtivistas radicais poderiam tentar convencer alguém que não compartilha de seus valores e crenças a adotar algo que eles próprios sequer podem defender que seja verdadeiro? Se eles não podem defender que sua teoria é melhor que as outras, porque devem aceitá-la aqueles que em seus constructos, que seriam tão válidos quanto os deles, crêem que sua teoria é uma aproximação melhor da verdade?

Assim, resta entender qual é a real posição ontológica do Construtivismo Crítico. Em sua busca por se constituir numa corrente da Psicologia científica, o Construtivismo Crítico precisa definir-se claramente quanto a seguinte pergunta: "O que nós construímos?" A realidade ou hipóteses sobre o real? Nesse sentido, nossas construções são impermeáveis à realidade e não sofrem sua influência, ou de alguma forma ao menos entram em contato com ela? O seu construtivismo é realista ou idealista?

Conclusão

O Construtivismo é uma doutrina acerca do processo de obtenção do conhecimento que defende o papel ativo do sujeito neste processo. Para o Construtivismo as nossas representações sobre a realidade não são determinadas pelo objeto, antes, são construídas pelo sujeito. Não existe olhar neutro sobre a realidade, pois toda observação que fazemos é feita à luz de nossas hipóteses e teorias sobre o mundo, de nossos constructos. Essa posição é generalizada no pensamento ocidental contemporâneo, não sendo novidade nem exclusividade da Terapia Construtivista.

Não se pode, no entanto, confundir a adoção de uma posição acerca da origem do conhecimento com a adoção de uma posição acerca da racionalidade do mundo empírico. Esta é uma posição ontológica, sobre a natureza do objeto que buscamos conhecer. A ciência moderna pressupõe que o mundo que investigamos é dotado de uma racionalidade correspondente à racionalidade que descobrimos em nossas próprias mentes. Esta crença não pode

ser comprovada ou refutada definitivamente, mas é preciso partir dela quando se está em busca de leis científicas sobre o funcionamento da realidade. Logo, o princípio da regularidade do objeto (em ao menos alguma de suas características) é um pressuposto da ciência, pressuposto este que, se não é compartilhado por alguém, necessariamente coloca a produção intelectual desta pessoa fora do âmbito da ciência.

Entretanto, apesar de não haver meios para provar ou refutar definitivamente a crença de que a realidade, incluindo nossas mentes, se organize de forma racional, podemos perfeitamente defender que esta é uma crença racional e verossímil, enquanto as crenças opostas, que são as de que não há meios de julgar este fato e de que a natureza é caótica ou ao menos não perfeitamente racional, não encontram sustentação racional ou empírica. Desde 1543, quando foi publicado o revolucionário trabalho de Copérnico, a Ciência Moderna tem corroborado esta crença, sistematicamente descobrindo leis cada vez mais próximas da realidade, descrevendo o mundo e seu processo de perpétua mudança de forma cada vez mais incrivelmente minuciosa, conferindo a nós, cada vez mais, poder de prevê-lo e transformá-lo. A crença na racionalidade da realidade não retira seu valor, portanto, de um argumento qualquer de cunho relativista pós-moderno. Seu valor vem das nossas próprias vidas, das vidas de cerca de sete bilhões de pessoas que conseguem sobreviver hoje sobre a Terra, vem da folha impressa a lazer que você tem nas mãos ou ainda da predição exata que a Nasa pode fazer sobre a trajetória de seus ônibus espaciais. Vem da minúscula pastilha de pó compacto que em minutos baixa a febre de seu filho e da gasolina que põe em movimento um veículo levando você a quilômetros de distância em alguns outros minutos. Para concluir, o valor desta crença vem do singelo fato de que ela, além de racional e não-contraditória, funciona. Funciona para o mundo empírico, e o enorme sucesso da ainda nascente Terapia Cognitiva parece demonstrar que ela também funciona para a vida psicológica. Definitivamente, ela não tem o mesmo valor cognitivo do que uma crença que professe que a força do pensamento nos fará voar quando nos atirmos do décimo andar.

Aqui se esclarece a verdadeira encruzilhada. Esta não é sobre se a Terapia Cognitiva é objetivista ou construtivista, pois ela é obviamente construtivista. Todo cognitivismo é construtivista, desde seus precursores, como Piaget e Bartlett. Não, a encruzilhada é, sim, entre realismo e idealismo. A encruzilhada é ontológica. E neste caso, quem deve dar sua resposta são as terapias construtivistas. Viu-se, com clareza, que a Terapia Comportamental é objetivista e realista, aderindo ao método científico e a uma concepção positivista lógica de ciência moderna. Viu-se também, que em relação à questão da origem do conhecimento ela é oposta à Terapia Cognitiva. A Terapia Cognitiva é construtivista e realista, e apesar de também aderir ao método científico, sua concepção de ciência é racionalista crítica. Já a Terapia Construtivista "Crítica", não consegue se decidir sobre a racionalidade ou não do real, sobre a existência ou não do objeto, sobre a adoção ou não do método científico nem sobre a posição em filosofia da ciência na qual se baseia.

Apesar de possuírem pressupostos e crenças algumas vezes opostos, como no caso do objetivismo, as compatibilidades epistemológicas entre a Terapia Comportamental e a Terapia Cognitiva foram progressivamente diluindo as fronteiras entre estas abordagens, a ponto de hoje poder se falar em uma Terapia Cognitivo-comportamental. Isto se deu não porque houve uma relativização pós-moderna das alegações de verdade destas abordagens. Ao contrário, se deu porque ambas se renderam, modernamente, à força dos fatos e das demonstrações empíricas da eficiência de diferentes técnicas. Ambas compartilham o método da ciência moderna, além da crença na existência de um mundo externo independente de nossos constructos, organizado racionalmente, e passível de ter as leis de seu funcionamento ao menos aproximadamente conhecidas. É preciso que a Terapia Construtivista Crítica se defina com clareza sobre estas crenças básicas, alcançando a maturidade filosófica fundamental para contribuir (ou não) efetivamente com o grande projeto de integração da psicoterapia cientificamente fundamentada, liderado hoje pela Terapia Cognitiva.

Referências Bibliográficas

- Abreu, C. N., & Shinohara, H. (1998). Cognitivismo e construtivismo: Uma fértil interface. Em C. N. Abreu & R. F. Ferreira (Orgs.). *Psicoterapia e construtivismo: Considerações teóricas e práticas* (pp. 65-81). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Abreu, C. N. (2001). Psicoterapia construtivista: O novo paradigma dos modelos cognitivistas. Em B. Range (Org.). *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria* (pp. 62-76). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Abreu, C. N., & Roso, M. (2003). Cognitivismo e construtivismo. Em C. N. Abreu & M. Roso (Orgs.). *Psicoterapias cognitiva e construtivista: Novas fronteiras da prática clínica* (pp. 35-50). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Barnes, B. (1990). Sociological theories of scientific knowledge. Em: Olby, R. C.; Cantor, G. N.; Christie, J. W. & Hodge M. J. S. (Orgs.). *Companion to the history of modern science*. Londres: Routledge & Kegan Paul. [[Links](#)]
- Beck, A. & Alford, B. (2000). *O poder integrador da terapia cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas. [[Links](#)]
- Bloor, D. (1998). Sociology of knowledge. Em: *Routledge encyclopedia of philosophy*. Versão 1.0. Londres. [[Links](#)]
- Efran, J. S. & Fauber, R. L. (1997). Construtivismo radical: Perguntas e respostas. Em: R. A. Neimeyer & M. J. Mahoney (Orgs.). *Construtivismo em psicoterapia* (pp. 229-253). Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul. [[Links](#)]
- Ellis, A. (1989). Comments to my critics. Em: M. Bernard & R. A. DiGiuseppe (Orgs.). *Inside RET: A critical appraisal of the theory and therapy of Albert Ellis* (pp.220-233). San Diego: Academic. [[Links](#)]
- Ferreira, R. F. (1998). Aspectos epistemológicos do enfoque construtivista nas terapias cognitivas. Em: C. N. Abreu & R. F. Ferreira (Orgs.). *Psicoterapia e construtivismo: Considerações teóricas e práticas* (pp. 83-95). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Gergen, K. (1973). Social psychology as history. *Journal of personality and social psychology*. 26(2), 309-320. [[Links](#)]
- Gergen, K. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275. [[Links](#)]
- Guidano, V. F. (1991). Affective change events in a cognitive therapy system approach. Em: L. S. Greenberg & J. D. Safran (Orgs.), *Emotion, psychotherapy, and change*. (pp.50-79). New York: Guilford Press. [[Links](#)]
- Guidano, V. F. (1998). O percurso de um terapeuta: do objetivismo ao construtivismo. Em C. N. Abreu & R. F. Ferreira (Orgs.). *Psicoterapia e construtivismo: Considerações teóricas e práticas* (pp. 203-216). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]

- Held, B. (1998). The many truths of postmodernist discourse. *Journal of theoretical & philosophical psychology*, 18(2), 193-217. [[Links](#)]
- Kant, I. (1974). *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural (Originalmente publicado em 1787). [[Links](#)]
- Kuhn, T. (1991). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Ed. Perspectiva. [[Links](#)]
- Latour, B. (1987). *Science in action: how to follow scientists and engineers through society*. Cambridge: Harvard University Press. [[Links](#)]
- Mahoney, M. J. (1991). *Human change processes: The scientific foundations of psychotherapy*. New York: Basic Books. [[Links](#)]
- Mahoney, M. J. (1998). Psicoterapia construtivista. Em C. N. Abreu & R. F. Ferreira (Orgs.), *Psicoterapia e construtivismo: Considerações teóricas e práticas* (pp. 111-128). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Mahoney, M. J. (2003). *What is constructivism and why is it growing?* Disponível em: < <http://www.constructivism123.com/index.htm> >. [[Links](#)]
- Neimeyer, R. A. (1997). Um convite às psicoterapias construtivistas. Em: R. A. Neimeyer & M. J. Mahoney (Orgs.), *Construtivismo em psicoterapia* (pp. 05-11). Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul. [[Links](#)]
- Neimeyer, R. A. (1998). Terapia contemporânea dos constructos pessoais: Uma introdução conceitual. Em: C. N. Abreu & R. F. Ferreira (Orgs.), *Psicoterapia e construtivismo: Considerações teóricas e práticas* (pp. 121-128). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Opazo, R. & Suárez E. (1998). Construtivismo Moderado: Em direção a uma epistemologia integrativa. Em: C. N. Abreu & R. F. Ferreira (Orgs.), *Psicoterapia e construtivismo: considerações teóricas e práticas* (pp. 29-63). Porto Alegre: Artmed. [[Links](#)]
- Piaget, J. (1975). *A Epistemologia Genética*. São Paulo: Abril Cultural. [[Links](#)]
- Piaget, J. (1987). *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. [[Links](#)]
- Popper, K. (1975). *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Ed. Cultrix (Originalmente publicado em 1934). [[Links](#)]
- Popper, K. (1975b). *Conhecimento objetivo*. São Paulo: EDUSP. [[Links](#)]
- Popper, K. (1977). *Autobiografia intelectual*. São Paulo: Cultrix-EDUSP. [[Links](#)]
- Schopenhauer, A. (1950). *O mundo como vontade e representação*. Buenos Aires: El Ateneo Editorial (Originalmente publicado em 1818). [[Links](#)]
- Vaihinger, H. (1924). *The philosophy of "as if"*. Berlin: Reuther & Reichard. [[Links](#)]

- Von Glasersfeld, E. (1984). An introduction to radical constructivism. Em: P. Watzlawick (Org.). *The invented reality: contributions to constructivism* (pp. 18-40). New York: Norton. [[Links](#)]
- Von Foerster, H. (1984). On constructing a reality. Em: P. Watzlawick (Org.). *The invented reality: contributions to constructivism* (pp. 41-61). New York: Norton. [[Links](#)]
- Skinner, B. (1977). *Why I am not a cognitive psychologist*. Behaviorism. Vol 5 (2): 1-10. [[Links](#)]
- Skinner, B. (1982). *Sobre o behaviorismo*. São Paulo: Cultrix-EDUSP. [[Links](#)]
- Watzlawick, P. (Org.). (1984). *The invented reality: contributions to constructivism*. New York: Norton. [[Links](#)]
- Weiten, W. (2002). *Introdução à Psicologia: Temas e variações*. São Paulo: Pioneira Thomson. [[Links](#)]
- Wolpe, J. (1958). *Psychoterapy by reciprocal inhibition*. Stanford: Stanford University Press. [[Links](#)]



Endereço para correspondência

Rua Oito de Dezembro, 264, ap. 606. Maracanã - Rio de Janeiro, CEP 20550 200.
E-mail: gustavocastanon@hotmail.com.

Recebido em: 4/7/2005

Aceito em: 18/11/2005



**Rua Camargo Paes, 538 - Guanabara
CEP 13073-350, Campinas - SP, Brasil**



revista@fbtc.org.br